

FUNDAFFEMG - FUNDAÇÃO AFFEMG DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE

Belo Horizonte - MG

**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
 (Em Reais)

ATIVO		Nota	2018	2017
				Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE				
			48.897.298,94	42.525.943,53
Disponível	3		6.920.654,93	6.743.862,71
Realizável			41.976.644,01	35.782.080,82
Aplicações Financeiras	4		29.816.978,70	24.226.084,63
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas			10.750.332,64	8.285.621,68
Aplicações Livres			19.066.646,06	15.940.462,95
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5		11.421.926,54	11.345.061,65
Contraprestação Pecuniária a Receber			11.281.173,63	11.212.178,15
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde			140.752,91	132.883,50
Créditos Oper.Assist.Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	5		84.232,49	69.501,08
Bens e Títulos a Receber			653.506,28	141.433,46
ATIVO NÃO CIRCULANTE			31.009.006,09	33.664.208,79
Realizável a Longo Prazo	6		26.693.358,45	30.257.840,53
Depósitos Judiciais e Fiscais			26.693.358,45	30.257.840,53
Investimentos			206.025,05	143.440,03
Outros Investimentos			206.025,05	143.440,03
Imobilizado	7		2.833.924,16	2.949.768,77
Imóveis de Uso Próprio			2.409.218,17	2.443.346,70
Imóveis - Não Hospitalares			2.409.218,17	2.443.346,70
Imobilizado de Uso Próprio			424.705,99	506.422,07
Hospitalares/Odontológicos			23.908,48	118,08
Não Hospitalares			400.797,51	506.303,99
Intangível	8		1.275.698,43	313.159,46
TOTAL DO ATIVO			79.906.305,03	76.190.152,32
PASSIVO				
		Nota	2018	2017
				Reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE				
			15.664.027,19	8.929.363,16
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9		10.533.291,36	7.486.840,77
Provisões de Contraprestações			10.472,90	1.757,99
Provisão para Remissão			10.472,90	1.757,99
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS			271.608,24	384.848,17
Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prestadores Serviços Assistenciais			10.251.210,22	7.100.234,61
Débitos com Oper.Assist.Saúde Não Relacion.c/Planos Saúde da Operadora			1.095.301,48	31.402,91
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	10		628.811,80	604.110,30
Débitos Diversos	11		3.406.622,55	807.009,18
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			525.972,85	7.330.603,48
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde			104.180,02	102.832,12
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS			104.180,02	102.832,12
Provisões	12		89.689,04	4.373.751,48
Provisões para Ações Judiciais			89.689,04	4.373.751,48
Depósitos Judiciais e Fiscais			332.103,79	297.429,07
Débitos Diversos	11		-	2.556.590,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		63.716.304,99	59.930.185,68
Patrimônio Social			2.409.335,26	2.409.335,26
Reservas			27.711.386,12	22.193.324,03
Reservas Patrimoniais			10.677,00	10.677,00
Reservas de Reavaliação			730.063,89	730.063,89
Retenção de Superávit			26.970.645,23	21.452.583,14
Superávits Acumulados			33.595.583,61	35.327.526,39
TOTAL DO PASSIVO			79.906.305,03	76.190.152,32

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
 (Em Reais)

	Nota	2018	2017
			Reapresentado
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	14	100.738.673,12	121.240.873,11
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		100.738.673,12	121.240.873,11
Contraprestações Líquidas		126.334.523,43	121.205.292,22
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(8.714,91)	35.580,89
(-) Contraprestações em corresponsabilidades - RN 435		(25.587.135,40)	-
Eventos Indenizáveis Líquidos	14	(88.786.588,74)	(102.743.711,05)
Eventos Concluídos ou Avisados		(88.786.588,74)	(102.743.711,05)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		11.952.084,38	18.497.162,06
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	16	433.230,24	25.921.703,85
Outras Receitas Operacionais		433.230,24	25.921.703,85
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	16	(989.549,59)	(1.025.164,70)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(967.373,61)	(1.030.760,25)
Provisão para Perdas sobre Créditos		(22.175,98)	5.595,55
Outras Despesas Oper.Assist. Saúde Não Relac.c/Planos Saúde da Operadora		(727.626,77)	(800.840,87)
RESULTADO BRUTO		10.668.138,26	42.592.860,34
Despesas Administrativas	15	(9.587.808,69)	(12.333.728,91)
Resultado Financeiro Líquido	17	2.663.941,70	1.607.272,51
Receitas Financeiras		2.685.883,27	2.179.804,87
Despesas Financeiras		(21.941,57)	(572.532,36)
Resultado Patrimonial		41.848,04	29.750,68
Receitas Patrimoniais		41.848,04	29.750,68
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		3.786.119,31	31.896.154,62

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
 (Em Reais)

	2018	2017
		Reapresentado
Superávit do Período	3.786.119,31	31.896.154,62
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.786.119,31	31.896.154,62

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Reservas Patrimoniais	Reserva de Reavaliação	Superávits / Déficits Acumulados		Total
				Destaque Fundo de Reserva	Superávit ou Déficit Acumulados	
SALDOS EM 31/DEZ./2016	2.409.335,26	10.677,00	730.063,89	20.446.222,53	4.437.732,38	28.034.031,06
Superávit do Exercício	-	-	-	-	31.896.154,62	31.896.154,62
Fundo de Reserva	-	-	-	1.006.360,61	(1.006.360,61)	-
SALDOS EM 31/DEZ./2017	2.409.335,26	10.677,00	730.063,89	21.452.583,14	35.327.526,39	59.930.185,68
Superávit do Exercício	-	-	-	-	3.786.119,31	3.786.119,31
Fundo de Reserva	-	-	-	5.518.062,09	(5.518.062,09)	-
SALDOS EM 31/DEZ./2018	2.409.335,26	10.677,00	730.063,89	26.970.645,23	33.595.583,61	63.716.304,99

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
 (Em Reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos de Saúde	109.232.385,50	154.996.900,42
Resgate de Aplicações Financeiras	241.144.808,87	244.763.932,07
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	93.281,98	113.883,60
Outros Recebimentos Operacionais	-	1.516.844,96
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(109.459.117,81)	(133.895.226,27)
Pagamento de Pessoal	(3.044.583,94)	(2.529.822,31)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(2.070.122,22)	(3.939.444,13)
Pagamento de Tributos	(6.851.122,28)	(6.803.246,59)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(417,06)	(186.621,19)
Aplicações Financeiras	(203.577.100,14)	(244.423.533,59)
Outros Pagamentos Operacionais	(24.272.022,06)	(2.331.624,79)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.195.990,84	7.282.042,18
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado	(290.501,07)	(334.340,54)
Pagamento Relativo ao Ativo Intangível	(728.697,55)	(292.459,05)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(1.019.198,62)	(597.048,91)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	176.792,22	6.684.993,27
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	176.792,22	6.684.993,27
CAIXA - Saldo Inicial	6.743.862,71	58.869,44
CAIXA - Saldo Final	6.920.654,93	6.743.862,71
Ativos Livres no Início do Período	22.684.325,66	14.711.561,04
Ativos Livres no Final do Período	25.987.300,99	22.684.325,66
AUMENTO(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	3.302.975,33	7.972.764,62

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
 (Em Reais)

1. Contexto Operacional

A FUNDAFFEMG - Fundação AFFEMG de Assistência e Saúde iniciou suas operações em 22/nov./1993, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 31.556-7, sendo constituída como pessoa jurídica de direito privado de assistência social, sem fins lucrativos, tendo como instituidora a AFFEMG - Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais e como finalidade exclusiva a de prestar a seus beneficiários:

- I- A assistência à saúde suplementar;
- II- A prevenção de doenças; e
- III- A promoção à saúde.

A FUNDAFFEMG - Fundação AFFEMG de Assistência e Saúde tem sua escrituração contábil centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

A FUNDAFFEMG - Fundação AFFEMG de Assistência e Saúde é uma Operadora de Plano de Saúde, com apenas um produto, que se encontra devidamente registrado no Sistema de Registro de produtos junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis
2.1 Base de Apresentação

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/dez./2018, de forma comparativa com 2017, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976, Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC".

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Assim, a conciliação pelo método indireto está demonstrada na nota explicativa nº 18.

2.2 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

2.2.1 Apuração do Resultado

a) Receita: O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

b) Custo: Os Eventos Conhecidos ou Avisados são apropriados às despesas, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores ou do Aviso de Beneficiários Identificados - ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.

2.2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.3 Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento.

2.2.4 Aplicações Financeiras

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

As aplicações financeiras são avaliadas ao seu valor justo (vide Nota Explicativa nº 4).

2.2.5 Contraprestação Pecuniária a Receber

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à:

Preços pós-estabelecidos - Conta de Contraprestações Efetivas de Operações de Planos de Assistência à Saúde.

A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias.

2.2.6 Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com o Plano de Saúde da Operadora

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de Receitas Com Outras Atividades.

A provisão para perdas sobre créditos com operações com outras atividades é constituída para os valores vencidos há mais de 90 dias.

A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução da inadimplência dessas operações.

2.2.7 Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição.

2.2.8 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, sendo que a depreciação foi calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7.

Com base nas alterações e pronunciamentos contábeis o imobilizado passou a abranger os bens que não são de propriedade apenas da entidade, mas sobre os quais a mesma tenha o controle, riscos e benefícios.

Através de avaliação e formalização interna da entidade, a mesma concluiu pela manutenção dos mesmos prazos de vida útil e respectivas taxas de depreciação praticadas em exercícios anteriores.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

2.2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável (vide Nota Explicativa nº 8).

2.2.10 Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

São calculadas com base em metodologia atuarial definida por atuário legalmente habilitado em NTAP, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebida pela operadora (vide Nota Explicativa nº 9).

2.2.12 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

b) Passivos Contingentes: Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

c) Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.13 Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2017

As demonstrações financeiras da FUNDAFFEMG do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram emitidas em 21 de março de 2018. Posteriormente a esta data, a Administração decidiu reapresentá-las para correção de despesa administrativa com honorário advocatício pelo motivo descrito a seguir.

No dia 07 de janeiro de 2019, a FUNDAFFEMG obteve, perante a 20ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG, o alvará número 01/2019 para levantamento dos valores referentes ao INSS sobre pagamentos a cooperativas, tendo recebido em 11/01/2019 o valor bruto de R\$ 26.303.151,14 correspondente ao levantamento destes valores depositados judicialmente na Caixa Econômica Federal.

Neste mesmo dia 11/jan./2019, a FUNDAFFEMG efetuou pagamento de honorário advocatício no valor de R\$2.630.315,11 correspondente ao êxito no processo da respectiva ação judicial.

Entretanto, considerando o regime de competência, a despesa com honorário advocatício deveria ter sido contabilizada juntamente com o reconhecimento da receita decorrente do êxito na ação judicial no exercício de 2017, no valor de R\$ 25.565.908,11, que considerando o percentual contratado de 10% resultava no honorário de R\$ 2.556.590,81 em 31/dez./2017.

Para fins de melhor comparabilidade entre receitas e despesas, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/2017 estão sendo reapresentadas incluindo o efeito da despesa com honorário advocatício neste exercício de competência, nos termos do C.P.C. 23, cujos efeitos podem ser assim demonstrados:

	Valores em R\$1,00	
	2017	2017
	Ajuste	Reapresentado
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	42.525.944	42.525.944
Disponível	6.743.863	6.743.863
Realizável	35.782.081	35.782.081
Aplicações Financeiras	24.226.085	24.226.085
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	8.285.622	8.285.622
Aplicações Livres	15.940.463	15.940.463
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	11.345.062	11.345.062
Contraprestação Pecuniária a Receber	11.212.178	11.212.178
Outros Créditos de Operações com Planos de Assist. Saúde	132.884	132.884
Participação dos Benef. em Eventos Indenizados	132.884	132.884
Créditos Oper. Assist. Saúde Não Relac. c/Pl Saúde da Operad.	69.501	69.501
Bens e Títulos a Receber	141.433	141.433
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.664.209	33.664.209
Realizável a Longo Prazo	30.257.841	30.257.841
Depósitos Judiciais e Fiscais	30.257.841	30.257.841
Investimentos	143.440	143.440
Imobilizado	2.949.769	2.949.769
Intangível	313.159	313.159
TOTAL DO ATIVO	76.190.152	76.190.152

PASSIVO	Valores em R\$1,00		
	2017	Ajuste	2017
			Reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE	8.929.363		8.929.363
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	7.486.841		7.486.841
Provisão para Remissão	1.758		1.758
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS	384.848		384.848
Provisão p/Eventos a Liquidar Outros Prest. Serviços Assist	7.100.235		7.100.235
Débitos c/Oper.Assist.Saúde Não Relac.c/Pl.Saúde Operadora	31.403		31.403
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	604.110		604.110
Débitos Diversos	807.009		807.009
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.774.013		7.330.603
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	102.832		102.832
Provisões para Ações Judiciais	4.373.751		4.373.751
Depósitos Judiciais e Fiscais	297.429		297.429
Débitos Diversos	-	2.556.591	2.556.591
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62.486.776		59.930.186
Patrimônio Social	2.409.335		2.409.335
Reservas	22.193.324		22.193.324
Reservas Patrimoniais	10.677		10.677
Reservas de Reavaliação	730.064		730.064
Retenção de Superávit	21.452.583		21.452.583
Superávits Acumulados	37.884.117	(2.556.591)	35.327.526
TOTAL DO PASSIVO	76.190.152		76.190.152

Demonstração do Superávit Acumulado em 2017

RESULTADO DAS OPER. COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	18.497.162	18.497.162
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	25.921.704	25.921.704
Outras Receitas Operacionais	25.921.704	25.921.704
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(1.025.165)	(1.025.165)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(1.030.760)	(1.030.760)
Provisão para Perdas sobre Créditos	5.596	5.596
Outras Despesas Oper.Assist. Saúde Não Relac.c/Planos Saúde da Operadora	(800.841)	(800.841)
RESULTADO BRUTO	42.592.860	42.592.860
Despesas Administrativas	(9.777.138)	(2.556.591) (12.333.729)
Resultado Financeiro Líquido	1.607.273	1.607.273
Receitas Financeiras	2.179.805	2.179.805
Despesas Financeiras	(572.532)	(572.532)
Resultado Patrimonial	29.751	29.751
Receitas Patrimoniais	29.751	29.751
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	34.452.745	31.896.155

Este ajuste foi feito para fins de reapresentação das Demonstrações financeiras daquele ano e, portanto, não constaram nos livros contábeis.

3. Disponível

Título	Valores em R\$	
	2018	2017
Caixa	556,90	10.357,84
Bancos/Numerários Em Trânsito (i)	6.920.098,03	6.733.504,87
Total	6.920.654,93	6.743.862,71

(i) Valores recebidos em cobranças bancárias no último dia útil e disponível apenas no primeiro dia útil do mês subsequente - Valor de R\$ 6.919.299,30 em 2018 e de R\$ 6.727.123,59 em 2017.

4. Aplicações Financeiras

4.1 Garantidoras de Provisões Técnicas:

	Exercícios	
	2018	2017
Banco do Brasil	568.708,09	538.718,02
Banco Bradesco	2.903.156,94	2.701.043,59
Banco Bradesco	1.282.275,07	902.304,07
Banco Bradesco	3.426.348,45	3.241.538,20
Banco Bradesco	1.265.762,89	902.017,80
Total	10.750.332,64	8.285.621,68

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas (vide Nota Explicativa nº 9), cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

4.2 Livres:

O valor das Aplicações não Vinculadas às Provisões está composto da seguinte forma:

	Exercícios	
	2018	2017
Bancoob	-	-
Banco Itaú	11.647.014,01	8.625.759,85
Bradesco	7.419.632,05	7.314.703,10
Total	19.066.646,06	15.940.462,95

5. Contraprestação Pecuniária a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de saúde da entidade, conforme segue:

	Exercícios	
	2017	2017
Planos médico-hospitalares		
Planos coletivos	11.318.416,77	11.227.579,52
Coparticipação	141.338,12	133.134,50
Contraprestação em corresponsabilidade.	84.232,49	-
Subtotal	11.543.987,38	11.360.714,02
Provisão para perdas sobre créditos	(37.828,35)	(15.652,37)
Total líquido	11.506.159,03	11.345.061,65

6. Depósitos Judiciais e Fiscais

	Exercícios	
	2018	2017
INSS (i)	16.182.864,31	16.182.864,31
Atualização Monetária (i)	14.681.930,31	13.672.661,82
(-) Baixa do passivo INSS s/ autônomos (ii)	(4.607.719,98)	0,00
ANS	332.103,79	297.429,07
Outros	104.180,02	104.885,33
Total	26.693.358,45	30.257.840,53

(i) Os saldos representam o INSS contingencial sobre pagamentos à Cooperativas e sobre pagamentos a autônomos, atualizados até 31/12/2018 no valor total de R\$30.864.794,62, conforme descrito a seguir:

- INSS sobre Pagamentos a Cooperativas:

Em maio de 2000, a FUNDAFFEMG ajuizou ação ordinária objetivando o reconhecimento da inconstitucionalidade da cobrança pelo INSS de tributo correspondente à aplicação da alíquota de 15% sobre pagamentos a cooperativas de trabalho.

Em 31/dez./2018 a FUNDAFFEMG tinha depositado à disposição do Juízo o valor de R\$ 26.257.074,64 (R\$25.565.908,11 em 2017), relativo ao contingenciamento do INSS sobre pagamentos à Cooperativas de trabalho.

Em abril de 2014, o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF, por unanimidade, declarou a inconstitucionalidade do dispositivo da Lei nº 8.212/1991 que previa a contribuição para o INSS correspondente a 15% incidentes sobre o valor de serviços prestados por meio de cooperativas de trabalho, sendo este julgamento considerado posteriormente como de repercussão geral.

Conforme posicionamento emitido pelos Advogados, a FUNDAFFEMG conseguiu importante vitória nesta ação, ao reformar a sentença para obter o reconhecimento da inconstitucionalidade do inciso IV do artigo 22 da Lei Federal nº 8.212/1991, que previa o recolhimento do INSS sobre os pagamentos efetuados para Cooperativas de Trabalho.

Assim, após diversos recursos e manifestações, foi aplicada à FUNDAFFEMG o reconhecimento da repercussão geral, entendendo pela inconstitucionalidade da respectiva cobrança efetuada pelo INSS.

Ainda conforme a manifestação dos Advogados da FUNDAFFEMG a referida decisão transitou em julgado em 05/jun./2017, consoante certidão de folha 332 dos autos - Volume 2 do processo físico. Diante deste julgamento, a FUNDAFFEMG decidiu pela baixa em 31/dez./2017 do passivo contingencial que vinha sendo provisionado pela contabilidade desde o início desta ação, afetando o resultado das outras receitas operacionais no valor de R\$ 25.565.908,11.

Não obstante à baixa do passivo contingencial em 31/dez./2018, a contabilidade da FUNDAFFEMG mantém no ativo a longo prazo os valores depositados judicialmente e atualizados monetariamente, aguardando a manifestação dos magistrados para a liberação dos recursos para o caixa da FUNDAFFEMG.

Considerado como evento subsequente ao balanço de 2018 e de natureza relevante, no dia 07 de janeiro de 2019, a FUNDAFFEMG obteve, perante a 20ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG, o alvará número 01/2019 para levantamento dos valores referentes ao INSS sobre pagamentos a cooperativas. Em decorrência do exposto, a FUNDAFFEMG recebeu em 11/jan./2019 o valor bruto de R\$ 26.303.151,14.

(ii) INSS sobre Pagamentos a Autônomos:

A FUNDAFFEMG mantém até 31/dez./2018 saldos ativos decorrentes da discussão na esfera judicial sobre a legalidade da cobrança do adicional de 5% de INSS sobre os pagamentos efetuados para autônomos.

Em 17/jan./2018, os Advogados da FUNDAFFEMG emitiram parecer dispondo que o processo judicial de nº 2000.38.00.011837-0/ 117568720004013800 retornou do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e encontra-se na Vara de Origem - 20ª Vara Federal.

Ainda neste parecer e em razão deste andamento processual, os Advogados da FUNDAFFEMG recomendaram que o valor correspondente à aplicação da alíquota de 5% referentes aos autônomos volte a ser recolhido em conjunto com os outros 15%, totalizando a alíquota de 20%, não sendo mais necessário a realização de depósito judicial a partir do exercício base de 2018.

Quanto aos saldos em abertos dos depósitos judiciais ativos e considerando que tais valores ainda encontravam-se consignados nos extratos da correspondente conta de depósito judicial junto à Caixa Econômica Federal em 31/dez./2018, os Administradores da FUNDAFFEMG decidiram aguardar o respectivo resgate pelo órgão público deste saldo depositado judicialmente para proceder à baixa contábil definitiva.

De modo reflexo e considerando a inexistência de motivos para a continuidade do correspondente saldo no passivo da Entidade, os Administradores da FUNDAFFEMG decidiram também pela baixa deste saldo, mediante transferência para o ativo de modo a eliminar o efeito no balanço, mas mantendo o lastro até que ocorra o citado resgate do saldo.

7. Imobilizado

	Tx. Anual Depr. %	Custo / Reavaliação	Depreciação Acumulada	Exercícios	
				2018	2017
				Líquido	Líquido
Imóveis de Uso Próprio N. Hospitalar		2.998.502,81	(589.284,64)	2.409.218,17	2.443.346,70
Terrenos	-	420.000,00	-	420.000,00	420.000,00
Edifícios	2,2	2.578.502,81	(589.284,64)	1.989.218,17	2.023.346,70
Bens Móveis - Hospitalar		25.152,58	(1.244,10)	23.908,48	118,08
Máquinas e Equipamentos	10	20.988,36	(1.038,13)	19.950,23	118,08
Móveis e Utensílios	10	4.164,22	(205,97)	3.958,25	-
Bens Móveis - Não Hospitalar		436.993,91	(36.196,40)	400.797,51	506.303,99
Máquinas e Equipamentos	10	312.283,23	(27.782,01)	284.501,22	214.556,09
Móveis e Utensílios	10	118.605,54	(5.787,90)	112.817,64	291.747,90
Instalações	10	6.105,14	(2.626,49)	3.478,65	-
Total		3.460.649,30	(626.725,14)	2.833.924,16	2.949.768,77

Durante o exercício de 2018, a FUNDAFFEMG implementou as rotinas e parâmetros necessários para configuração do módulo patrimonial do sistema MV, com início de utilização a partir da competência julho de 2018, sendo os efeitos contábeis a partir de outubro de 2018.

Em 02/jul./2018, a FUNDAFFEMG realizou, através de profissional especializado, inventário físico patrimonial de todos os móveis, utensílios, máquinas e equipamentos de informática existentes nesta data e atribuição de valores justos para cada bem inspecionado;

A partir do exercício de 2019, o controle patrimonial passará a ser integrado com os sistemas de controles financeiros e contábeis e utilizando a plataforma do sistema MV.

7.1 - Teste de Recuperabilidade

A administração da FUNDAFFEMG - FUNDAÇÃO AFFEMG DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE, em atendimento ao previsto na Lei nº 11.638/07, CPC 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, Deliberação da CVM nº 527, NBC T 19.10, aprovada pela Resolução nº 1.110/07, Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, do PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo, sendo que o seu valor líquido está menor que o valor justo estimado, não sendo necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, não sendo necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado/intangível.

Quanto às taxas de depreciações e amortizações aplicadas ao ativo imobilizado e intangível, a administração entende que são as mesmas que já vinham sendo praticadas pela entidade em relação aos exercícios anteriores.

8. Intangível

	Tx. anual Amort. %	Custo	Amortização Acumulada	Exercícios	
				2018	2017
				Líquido	Líquido
Software	20	1.351.462,86	(75.764,43)	1.275.698,43	313.159,46
Outros Ativos Intangíveis	20	410.645,34	(410.645,34)	-	-
Total		1.762.108,20	(486.409,77)	1.275.698,43	313.159,46

9. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	Exercícios	
	2018	2017
Provisão de eventos a liquidar (i)	10.251.210,22	7.100.234,61
Provisão de remissão (ii)	10.472,90	1.757,99
Provisão de Eventos a Liquidar SUS (iii)	271.608,24	384.848,17
Total	10.533.291,36	7.486.840,77

(i) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras;

(ii) Provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias, referentes à cobertura de assistência à saúde firmada com os beneficiários da entidade e calculada por atuários independentes;

(iii) A entidade tem registrado nesta conta os eventos a liquidar referentes a ressarcimento de despesa médica ao SUS.

Em 31/dez./2018, as garantias financeiras eram constituídas integralmente por aplicações financeiras (vide Nota Explicativa nº 04).

10. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

	Exercícios	
	2018	2017
INSS	218.905,46	225.319,55
FGTS	35.644,03	35.262,30
PIS	5.939,61	5.815,43
Contribuição	104,21	163,25
IRRF s/ Salários	69.901,34	66.057,13
IRRF	74.202,59	70.864,66
ISSQN	91.216,04	61.252,99
CSRF	132.898,52	139.374,99
Total	628.811,80	604.110,30

11. Débitos Diversos

	Exercícios	
	2018	2017
Salários a Pagar	0,00	46.480,68
Férias	643.374,81	558.572,74
Fornecedores de Bens e Serviços	137.058,37	196.677,53
Honorários Advocatícios a pagar (i)	2.625.707,46	-
Outros	481,91	5.278,23
Total Circulante	3.406.622,55	807.009,18
Honorários Advocatícios a pagar (i)	-	2.556.590,81
Total Não Circulante	-	2.556.590,81

(i) Provisão para honorário advocatício em 31/12/2018 e 2017 correspondente ao êxito no processo do INSS sobre pagamentos a cooperativas.

12. Depósitos Judiciais, Fiscais e Demais Contingências

	Exercícios	
	2018	2017
Provisões para ações Cíveis (i)	89.689,04	82.058,08
Provisões para Ações Tributárias (ii)	0,00	4.291.693,40
Total	89.689,04	4.373.751,48

(i) A FUNDAFFEMG está discutindo em juízo a constitucionalidade do ressarcimento ao SUS, sendo que a decisão liminar foi favorável à Fundação mediante suspensão da exigência do crédito tributário. Todavia, o pedido cautelar, assim como o pedido principal, foram julgados improcedentes em primeira instância, tendo a Fundação decidido recorrer para a esfera superior.

Existem ainda processos de natureza cíveis, não a provisionados, dado a seus assessores jurídicos anteverem provável êxito nos mesmos.

(ii) Saldo refere-se ao INSS sobre pagamento a autônomos, que em 31/12/2018 foi transferido para o ativo conforme nota explicativa número 6 (ii).

13. Patrimônio Líquido

A evolução do Patrimônio Líquido ocorreu pela incorporação dos resultados acumulados, sendo superavitário em 2018 no valor de R\$3.786.119,31 e de R\$31.896.154,62 (reapresentado), conforme abaixo descrito:

	Patrimônio Social	Reservas Patrimoniais	Reserva de Reavaliação	Superávits / Déficits Acumulados		Total
				Destaque Fundo de Reserva	Superávit ou Déficit Acumulados	
SALDOS EM 31/DEZ/2016	2.409.335,26	10.677,00	730.063,89	20.446.222,53	4.437.732,38	28.034.031,06
Superávit do Exercício	-	-	-	-	31.896.154,62	31.896.154,62
Fundo de Reserva	-	-	-	1.006.360,61	(1.006.360,61)	-
SALDOS EM 31/DEZ/2017 Reapresentado	2.409.335,26	10.677,00	730.063,89	21.452.583,14	35.327.526,39	59.930.185,68
Superávit do Exercício	-	-	-	-	3.786.119,31	3.786.119,31
Fundo de Reserva	-	-	-	5.518.062,09	(5.518.062,09)	-
SALDOS EM 31/DEZ/2018	2.409.335,26	10.677,00	730.063,89	26.970.645,23	33.595.583,61	63.716.304,99

14. Receitas de contraprestações efetivas e Despesas com eventos indenizáveis líquidos

	2018	2017
		Reapresentado
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	100.738.673,12	121.240.873,11
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	100.738.673,12	121.240.873,11
Contraprestações Líquidas	126.334.523,43	121.205.292,22
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(8.714,91)	35.580,89
(-) Contraprestações em corresponsabilidades - RN 435	(a) (25.587.135,40)	-
Eventos Indenizáveis Líquidos	(88.786.588,74)	(102.743.711,05)
Eventos Conhecidos ou Avisados	(88.786.588,74)	(102.743.711,05)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSIST. À SAÚDE	11.952.084,38	18.497.162,06

(a) A contraprestação em corresponsabilidade foi instituída pela ANS através da Resolução Normativa - RN 430 de 2017, que tratou das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, sendo seu efeito a partir de janeiro de 2018. Em decorrência deste normativo, as despesas assistenciais apuradas em corresponsabilidades no exercício de 2018 foram contabilizadas retificando o grupo das receitas no valor de R\$25.587.135,40, motivo pelo qual as receitas e despesas sintéticas apresentam-se com valores reduzidos quando comparadas com o mesmo período em 2017.

15. Despesas Administrativas

	Exercícios	
	2018	2017 Reapresentado
Pessoal	6.006.077,03	5.869.892,92
Serviços de terceiros (i)	1.404.390,49	1.553.575,21
Localização e funcionamento (ii)	843.068,60	718.872,47
Depreciação e amortização	113.472,38	159.672,02
Tributos (iii)	206.830,04	280.670,00
Despesas com regionais e outras (iv)	1.013.970,15	1.194.455,48
Despesas com honorários advocatícios - INSS (v)	-	2.556.590,81
Total	9.587.808,69	12.333.728,91

- (i) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros;
 (ii) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, segurança, etc.;
 (iii) Contribuições Febrafite, ANS, IPTU, entre outros;
 (iv) Despesas com regionais, contribuições, assinaturas de periódicos, publicidades, etc.;
 (v) Despesa com honorários advocatícios referente êxito em relação ao processo sobre pagamento de INSS a cooperativas.

16. Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas

	Exercícios	
	2018	2017
Outras Despesas Operacionais c/ Planos		
Provisão para perdas sobre créditos	(22.175,98)	5.595,55
Encargos Sociais sobre operações assistenciais	(967.373,61)	(1.030.760,25)
Total	(989.549,59)	(1.025.164,70)
Outras receitas operacionais		
Outras (i)	433.230,24	25.921.703,85
Total	433.230,24	25.921.703,85

(i) O valor de R\$25.565.908,11 em 2017 é decorrente da baixa do passivo contingencial.

17. Resultado Financeiro Líquido

	Exercícios	
	2018	2017
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	1.643.878,06	2.040.947,35
Outras receitas financeiras	676.014,59	2.501,78
Recebimentos em atraso	365.990,62	136.355,74
Subtotal	2.685.883,27	2.179.804,87
Despesas Financeiras		
Outras - IRFF/IOF	(21.941,57)	(572.532,36)
Subtotal	(21.941,57)	(572.532,36)
Total líquido	2.663.941,70	1.607.272,51

18. Conciliação do Fluxo de Caixa

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de plano de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. A legislação vigente determina à entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.786.119,31	34.452.842,02
Resultado do Período	3.786.119,31	34.452.842,02
Ajustes para conciliação do resultado do período com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:	(6.202.961,51)	(23.681.756,51)
Provisões Técnicas Op. de Assistência à Saúde	8.714,91	(35.580,89)
Depreciações/Amortizações	497.597,96	181.364,55
Provisões Para Perdas sobre Créditos	(22.175,98)	(5.595,55)
Reversão Contingências	(4.091.886,73)	(23.792.193,94)
Receita Imóvel Destinado a Renda	(38.620,86)	(29.750,68)
Outros (Ajuste de Exercícios Anteriores)	(2.556.590,81)	-
Resultado do Período Ajustado	(2.416.842,20)	10.771.085,51
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(2.800.080,84)	(3.589.738,73)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	6.412.913,88	100.695,40
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.195.990,84	7.282.042,18

19. Passivo Tributário Contingencial

A FUNDAFFEMG - Fundação AFFEMG de Assistência e Saúde foi fiscalizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo sido autuada em 23/ago./2011 para pagamento de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas das operações de plano de saúde, referentes aos exercícios bases de 2007 e 2008.

O valor autuado na data de 23/ago./2011 foi de:

Descrição	PIS	COFINS	TOTAL (Valores em Reais)
Contribuição	399.995,67	1.942.112,95	2.342.108,62
Juros de mora	140.336,39	680.680,18	821.016,57
Multa	299.996,67	1.456.584,64	1.756.581,31
TOTAL	840.328,73	4.079.377,77	4.919.706,50

Este valor total, atualizado com base na variação da SELIC até a data de 31/dez./2018, é de aproximadamente R\$ 9.348.738,00.

Diante da autuação, a FUNDAFFEMG apresentou defesa administrativa no prazo regulamentar, sendo que no entendimento da FUNDAFFEMG, devidamente amparada pelos assessores jurídicos, a autuação desprezou a natureza jurídica da FUNDAFFEMG e cassou-lhe a isenção das contribuições sociais do PIS e COFINS, aplicando tratamento diferente daquele previsto no ordenamento jurídico pátrio.

Na defesa administrativa, a FUNDAFFEMG solicita a impugnação total da autuação para o cancelamento dos autos e para desconstituir o crédito tributário indevidamente apurado, bem como expungir todas as multas, juros e demais consectários.

Nos termos da Deliberação CVM 489/2005, complementada pelo posicionamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 25/2009 e considerando a classificação dos Advogados de que a possibilidade de êxito neste processo é "POSSÍVEL", os Administradores da FUNDAFFEMG decidiram pela não contabilização no exercício de 2011 do valor autuado ainda em fase de recurso administrativo.

Esclarecemos que de conformidade com os critérios determinados pelo CPC 25/2009, temos as seguintes possibilidades de julgamentos por parte dos Advogados e os respectivos reflexos contábeis decorrentes:

Opinião Jurídica	Reflexo Contábil	Fundamentação Legal
Provável perda	É exigido o provisionamento contábil e respectiva divulgação em notas explicativas do balanço	CPC 25/2009 Itens 14, 30 e 85
Possível perda	Nenhuma provisão contábil precisa ser reconhecida e nenhuma divulgação em notas explicativas é exigida	CPC 25/2009 Itens 27 e 85
Remota perda	Nenhuma provisão contábil precisa ser reconhecida e nenhuma divulgação em notas explicativas é exigida	CPC 25/2009 Itens 27 e 86

A decisão de não contabilização em 2011 será reavaliada anualmente pela Diretoria da FUNDAFFEMG e ajustada, se for o caso, para refletir a melhor estimativa corrente conforme posicionamento dos Advogados nos termos do item 59 do CPC 25/2009.

Embora a autuação por parte da Receita Federal tenha como base exclusivamente os exercícios de 2007 e 2008, a Diretoria da FUNDAFFEMG, entendendo pela isenção tributária do PIS e COFINS sobre a totalidade das suas receitas assistenciais e financeiras, continuou adotando o mesmo procedimento de isenção tributária em relação aos exercícios de 2009 a 2018.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da FUNDAFFEMG - Fundação AFFEMG de Assistência e Saúde, no uso de suas atribuições previstas no artigo 49 do Estatuto Social, com fundamento na análise dos demonstrativos contábeis, incluindo as notas explicativas, no exame de documentos, por amostragem, e no parecer elaborado pela empresa Grunitzky Auditores Independentes S/A, entende que estes documentos demonstrativos refletem adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da FUNDAFFEMG em 31 de dezembro de 2018.

José Aparecido de Pádua Presidente do Conselho Fiscal	Lucia Maria Martins Périssé Conselheira Suplente
Cleber Juarez Lucas Gomes Conselheiro Efetivo	Luiz Antunes Eustáquio Conselheiro Suplente
José Agnaldo Viegas Barbosa Conselheiro Efetivo	Roberto Borges Conselheiro Suplente